TL3795-23

PS
GRUPO PARLAMENTAR

CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE LISBOA

por TIMOR-LESTE

31.5.95

Saudação

Em nome do meu Grupo Parlamentar, o do PS, queria formular votos para que esta conferência interparlamentar de Lisboa por Timor Leste produzisse uma reflexão e resultados úteis.

A Comissão Eventual para acompanhamento da situação em Timor Leste, criada pela Assembleia da República portuguesa, actualmente presidida pelo Deputado Fernando Amaral, antigo Presidente do Parlamento, tem procurado seguir com detalhe a evolução do assunto e certamente

retirará desta iniciativa informação adequada para o cabal desempenho do seu mandato. Apesar de o nosso sistema político conferir ao Presidente da República e ao Governo a prática de todos os actos necessários a promover e garantir, de harmonia com o direito internacional, os direitos de autodeterminação do povo de Timor-Leste, o que têm, aliás, protagonizado em conjunção de esforços, a Assembleia da República, ao empenhar-se igualmente em desenvolvimentos construtivos que possam contribuir para uma solução global, justa e duradoura do problema, mais não tem feito do que associar-se igualmente, enquanto Órgão de Soberania do Estado português, a esse esforço conjunto e permanente. Gostaria, por isso, de cumprimentar

o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Governo e a Câmara Municipal de Lisboa pelo estímulo que deram a esta conferência, bem como os representantes da resistência e todos os timorenses presentes nesta sala, e ainda as individualidades que, de diversas instituições parlamentares em outros países do mundo, acorreram a estes trabalhos.

A correcta compreensão, por parte da comunidade internacional, do caso de Timor-Leste é um factor muito importante para que as Nações Unidas, e em especial o seu Secretário-Geral, sintam o estímulo necessário para prosseguir a procura de soluções adequadas, à luz do direito internacional. A solução do problema de Timor-Leste só pode ser encontrada

por via diplomática. A renovada consciência dos direitos dos povos e dos cidadãos à escala planetária vincula as Nações Unidas a prosseguir a regularização dos últimos dossiers da descolonização e a empenhar-se cada vez mais na problemática dos direitos humanos em geral e dos direitos das minorias em particular. O caso de Timor-Leste é bem o exemplo em que as Nações Unidas se deviam concentrar para dar expressão aos mais fundamentais princípios em que se baseia a Carta da Organização e para concretizar de forma efectiva a Agenda para a Paz, que tão oportunamente foi anunciada pelo Secretário-Geral.

Como Grupo Parlamentar de um partido de oposição, temos apoiado sem hesitação as

acções do Estado Português no campo internacional com vista à resolução do problema e os nossos parlamentares, na Comissão Eventual desta Assembleia, movem-se com sentido aberto e construtivo, por forma a fazer que matéria tão importante seja sempre encarada com espírito de consenso entre todas as correntes políticas portuguesas sem excepção.

Saudamos, por isso, esta Conferência Internacional e o que ela pode representar em termos de sensibilização e apoio de outros Parlamentos nacionais e internacionais para que os direitos do povo de Timor-Leste possam vir a ser respeitados no quadro de uma negociação internacional sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Rendemos, por fim, a nossa homenagem a todos os timorenses, em especial àqueles que, em Timor-Leste, continuam a pugnar sem desfalecimento e em condições de grandes dificuldades e sofrimento pelo direito elementar de um povo a dispor do seu próprio destino e a determinar o seu futuro à luz dos princípios de direito que regem a comunidade internacional no nosso tempo.

Muito obrigado.